

N.F. Nº - 269439.0018/21-7
NOTIFICADO - CÁTIA DE ALMEIDA FONSECA
NOTIFICANTE - RENATO REIS DINIZ DA SILVA
ORIGEM - DAT SUL/INFAZ EXTREMO SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 24/05/2022

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0080-06/22NF-VD

EMENTA: ITD. DOAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO. Documentos anexados pela Notificada não elidem a presunção de legitimidade da autuação fiscal. Descabida a alegação de decadência do lançamento. Infração caracterizada. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 27/10/2021, exige do Notificado ITD no valor de R\$12.250,00, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.13: falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza.

Enquadramento Legal: art. 1º da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

A Notificada apresenta peça defensiva (fls. 08/34) alegando inconsistência entre o valor da doação feita pra Cátia de Almeida Fonseca por seu pai Aldemiro da Silva Fonseca, CPF nº 013.537.565-72, ano calendário 2016 e o valor que ela declarou no Imposto de Renda do mesmo período. Afirma que ele declarou R\$300.000,00 e ela R\$350.000,00. Aduz que o lançamento se baseia no último valor, mas que este não se coaduna com a realidade fática, conforme anexos à defesa.

Assevera que não houve intimação ou convocatória antes da Notificação. Fato não demonstrado no processo administrativo e que a ciência da falta de recolhimento do ITD somente ocorreu em 20/01/2022 pelos Correios, ou seja, após mais de 05 (cinco) anos da declaração da doação, o que entende impedir a retificação do imposto de renda e o cálculo correto do débito devido.

Finaliza a peça defensiva requerendo a impugnação do lançamento, para que seja feita a retificação do IR, novo cálculo do imposto e até mesmo a avaliação da nulidade por decurso de prazo.

Cabe registrar a inexistência nos autos de Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige da Notificada ITD no valor de R\$12.500,00 e é composto de 01 (uma) infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza. Informa o Notificante que o Notificado deixou de recolher o imposto sobre doação registrada em sua DIRPF 2017, ano calendário 2016.

Em síntese, a Notificada alega inconsistência entre o valor da doação feita pra Cátia de Almeida Fonseca por seu pai Aldemiro da Siva Fonseca, CPF nº 013.537.565-72, no ano de 2016 e o valor que ela declarou no Imposto de Renda do mesmo período. Afirma que ele declarou R\$300.000,00 e ela R\$350.000,00. Aduz que o lançamento se baseia no último valor, mas que este não se coaduna com a realidade fática, conforme anexos à defesa.

Assevera que a ciência da falta de recolhimento do ITD somente ocorreu em 20/01/2022 pelos Correios, ou seja, após mais de 05 (cinco) anos da declaração da doação, o que entende impedir a retificação do imposto de renda e o cálculo correto do débito devido. Finalizando a peça defensiva requerendo a impugnação do lançamento, para que seja feita a retificação do IR, novo cálculo do imposto devido e até mesmo a avaliação da nulidade por decurso de prazo.

Inicialmente, entendo que a questão a ser enfrentada é a existência ou não do instituto da decadência, referente ao lançamento ora em lide. Note-se: 1) que em **07/12/2021** foi publicada a intimação, via Diário Oficial do Estado, para que o Contribuinte quitasse o débito reclamado ou apresentasse justificação (fl. 06); 2) que o lançamento tem como data de ocorrência o dia **31/12/2016** e a lavratura ocorreu em **27/10/2021** (fl. 01); 3) Conforme Incidente de Uniformização nº 2016.194710-0, exarado pela douta Procuradoria Geral do Estado da Bahia, com fundamento do §4º do art. 150 do Código Tributário Nacional, considera-se como início da contagem do prazo decadencial o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Descabendo, portanto a tese defensiva concernente à existência de decadência.

Compulsando os demais documentos presentes nos autos, verifico que a Notificada declarou na sua DIRPF 2017, ano calendário 2016, o recebimento de uma doação no valor de R\$350.000,00 (fl. 18). Em contrapartida, seu genitor declarou na sua DIRPF do mesmo período (fl. 12) uma doação para a Notificada no valor de R\$300.000,00.

Em relação a este fato, entendo que o imposto declarado pela Notificada na sua DIRPF deveria ter sido recolhido espontaneamente, quando da ocorrência do fato gerador, inexistindo provas da sua quitação nos autos. Registre-se que na Impugnação apresentada, particularmente na fl. 08, a própria Notificada reconhece a falta de recolhimento ao afirmar: “Ante o exposto, solicito a impugnação do lançamento contido no auto de infração, para que seja feita retificação do imposto de renda da Cátia Fonseca, **novo cálculo do imposto devido** e até mesmo avaliação de nulidade por decurso de prazo.” (grifos nossos).

Isto posto, entendo que requerer, após cobrança formal do Fisco, novo cálculo do imposto, não me parece razoável. Note-se que a alegação de desconhecimento de informações nas DIRPFs da Notificada e do seu genitor, **desacompanhada de provas cabais do quanto foi efetivamente doado**, não tem o condão de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal, consoante estabelecido nos arts. 142 e 143 do RPAF-BA/99, a seguir transcrito:

“Art. 142. A recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária.

Art. 143. A simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.”

Por fim, considero que a irregularidade apurada está devidamente caracterizada e não foi apresentado elemento fático capaz de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Nos termos expendidos, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **269439.0018/21-7**, lavrada contra **CÁTIA DE ALMEIDA FONSECA**, devendo ser intimado o Notificado para efetuar o pagamento do ITD no valor de **R\$12.250,00**, acrescido da multa de 60%, estabelecida no art. 13, inciso II da Lei 4.826/89 e dos acréscimos moratórios estabelecidos na Lei 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 13 de abril de 2022

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR